



A GLOBALIZAÇÃO INTERFERINDO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NEGRAS

CRUZ, Josiane Beloni¹; GHIGGI, Gomercindo²

¹Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, Especialista em Educação pela mesma Universidade, integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Infância e Educação Infantil (GPCIEI) e integrante do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social – FEPráxiS do Núcleo de Estudos Diálogos com Paulo Freire. E-mail para contato: belonijbc@mhotmail.com

²Professor de Graduação e do PPPGE (Mestrado e Doutorado) da UFPel. Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia Educação e Práxis Social (FEPráxiS). É pesquisador com financiamento do CNPq e FAPERGS. E-mail para contato: gghiggi@terra.com.br. Deptº de Fundamentos da Educação - FAE/UFPel; Rua Alberto Rosa, 154. CEP 96010-770.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla, a qual trata da construção das identidades das infâncias negra e uma discussão acerca da globalização, desenvolvida na disciplina “Globalização, reestruturações sociais e políticas educacionais”.

Na relação, de professora/pesquisadora, vivenciada na pesquisa, nunca tive a pretensão da neutralidade, sabendo que esta não existe, ainda mais em um ambiente como a escola, permeada de relações de poder e papéis bem definidos. Pelo contrário, sempre tive clara a relação de poder existente pela minha autoridade como professora, mas usei dessa relação na pesquisa, pois quando percebi o silenciamento, ou seja, a não identificação com seu grupo étnico, a ausência do sentimento de pertencimento a este grupo, daquelas crianças em relação a sua identidade étnica, sua origem. Esta foi a chave mestra, despertando-me o interesse e a disposição de estudar o tema, pude usar da posição de professora para colocar o tema “negro, etnia, diferenças” em discussão na sala de aula, baseada na Lei 10.639/03¹, hoje 11.645/08, ²que inclui o

¹Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a sua participação nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

²Lei nº 11.645/08, sancionada em 10 de março de 2008, torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

indígena. Porém, o Movimento Negro em geral, continua usando a 10.639 como resistência, tanto tempo esperando um aparato legal e, quando contemplado, o negro novamente perde espaço, tendo que dividir uma lei. Sendo que o indígena já está contemplado em outras leis ou ainda podendo se dar um espaço somente para eles. Estas leis prevêm o estudo das africanidades, das outras histórias, até então tidas como extra-oficiais e principalmente a história, a qual mostra o povo negro como rico culturalmente com suas diferenças e resistente à opressão, com muitas personalidades para serem reconhecidas pela história. Esta luta pela valorização das diversas culturas e pela garantia de que todos tenham igualdade de direitos, que haja na verdade equidade, ou seja, que nossas diferenças não nos tornem desiguais e sim sejam respeitadas. Que a igualdade não se reverta em forma de exclusão, tendo a luta pela diferença como marca de nossa igualdade e enfrentando o discurso que equipara todos em um mesmo patamar, enfim, a luta pela igualdade de oportunidades e respeito às especificidades de cada um, de cada grupo étnico, social, cultural, ideológico. Construindo, assim, um novo modelo de sociedade. Após esta pesquisa, me sinto instigada a continuar inserindo nas salas de aulas as quais terei acesso, a discussão sobre a etnia negra. As africanidades são acontecimentos que devem ter o direito de estar nas nossas memórias e estudos como os atualmente aceitos e legitimados, são conhecimentos de todo o nosso povo e devem ser procurados, pesquisados, reconstruídos e rememorados.

Considero e reafirmo, a partir desta pesquisa, que as crianças negras ao entrar na escola são levadas a perceber uma condição de inferioridade em relação à criança branca, a escola não traz em seu currículo de forma expressiva e contundente, a beleza, a sua etnia de forma valorativa.

Enquanto a criança branca, durante seu desenvolvimento, vai introjetando os aspectos positivos dos estereótipos – tais como o de beleza superior e maior inteligência -, a criança negra vai assimilando os aspectos negativos – tais como o de inferioridade estética e menor capacidade mental... (Frenette, 1999).

Toda criança seja de qual etnia for, deve ter acesso ao direito garantido de conhecer as várias histórias contadas pelos mais diversos olhares, principalmente da etnia negra que sempre lhe foi negado a sua manifestação, como voz realmente ecoante e sim permitida como segunda voz, pouco ou não ouvida.

Buscando relações

Dessa forma, pretendo relacionar o que apresentei sobre a pesquisa com a globalização, tema ainda tão debatido, que é permeado pelo imenso problema brasileiro da questão racial.

Na tese apresentada no livro “O Império”, pude relacionar a minha temática, pois se visualizarmos que o império é algo que paira sobre os territórios e que está em todos os lugares, o preconceito é algo que está disseminado na nossa sociedade, porém, na sociedade brasileira, com o mito da democracia racial, ou seja, todos são iguais perante a lei. O preconceito ainda é uma idéia que existe e está em todos os lugares, mas não sabemos de onde vem e porque é reforçada. Mas, inconscientemente e

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

culturalmente, sabemos que o indivíduo para a sociedade que está se construindo no império é o branco, homem, másculo, heterossexual e podemos ir mais longe, católico, que deu certo na vida, consome, compete é o “melhor.”

A questão das identidades em tempos de globalização e de império é fluida, não precisa ser negro ou homossexual para identificar-se com seus movimentos, não é estagnada, é dinâmica e transitória. No imperialismo, um estado-nação submete a outros, existe um “inimigo”, mas no império ele está em um não-lugar, ou seja, não há contra, o que há são inter-relações, ora obedeço ora ordeno numa relação onde as regras já estão colocadas por uma mão invisível que é também trazida pela globalização, a qual obscurece as fronteiras facilitando essa não visibilidade. A globalização inclui o imperialismo e alavanca essa tese do império.

Primeiras conclusões

Analiso que minha pesquisa detecta uma situação referente a um tempo de globalização, de Império, vejo que o silenciamento nada mais é que uma resposta imediata à globalização, pois os indivíduos, nesse caso crianças negras, não querem ser diferentes, estar fora do “normal.” Mas não está tudo perdido, determinado como dá a primeira impressão. O desafio não consiste simplesmente em resistir ao processo de globalização, mas em reorganizá-lo e canalizá-lo para novos objetivos. A transição para o Império e seus processos de globalização oferece novas possibilidades para as forças de libertação. A globalização, é claro, não é uma coisa única, e os seus múltiplos processos não são unificados nem unívocos. Neste sentido, Hardt e Negri acreditam que as forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independentemente, um contra-Império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial – na realidade essa nova luta já começou. Mediante tais esforços e muitos outros da mesma natureza, a multidão terá que inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do Império.

As forças que contestam o Império e prefiguram uma sociedade global alternativa não estão, elas próprias, limitadas a qualquer região geográfica. A geografia desses poderes alternativos, a nova cartografia, ainda espera ser escrita ou, na verdade, está sendo escrita com muita resistência, muita luta e com os desejos da multidão (Imperialismo_como_conhecemos)³

Sendo assim, na escola, devemos começar a luta por transformações e reformulações de conceitos, alavancar um movimento de resistência, discutindo entre os educadores, com os educandos, trabalhando em prol de uma sociedade com liberdade, sem modelos pré-estabelecidos que seguimos sem questionar. Podemos, através da educação, corroer “o Império”.

³Texto extraído: (http://www.etni-cidade.net/imperialismo_como_conhecemos.htm acessado em: 30/7/08 as 17:01), (<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=5840> acessado em 30/7/08 às 17:11)

Se levarmos em conta a relação dialética, podemos entender como se constroem as identidades hoje e também como re-significar as relações em uma sociedade desigual.

Para me afirmar preciso negar o outro, a negação da negação confirma o movimento infinito de vir-a-ser das coisas, onde nenhuma negação será a última, constituindo o novo Ser Humano a cada movimento, a cada reconstrução de uma nova hipótese, ora avançando, ora resistindo, ora lutando, ora vivendo. Buscando a cada passo da humanidade inúmeras oportunidades históricas, constituindo o ser humano como possibilidades e projetos. E neste eterno fazer-se que me encontro, busco contribuir através da minha posição enquanto Educadora/Pesquisadora para uma nova proposta de sociedade, verdadeiramente humana, justa e igualitária, utópica, porém, que movimenta esse processo de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Educação anti-racista: caminho abertos pela Lei federal nº 10. 639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FRENETTE, M. **A cor da infância: A influência branca na formação da auto-imagem da criança negra.** In. **Caros Amigos. Ano 3, nº 26, mai/99. São Paulo: Casa Amarela, 1999. p. 29-30.**

HARDT, M. e NEGRI, A. **Império.** 6. ed. Rio de Janeiro:Record, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola.** 2ª edição revisada – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

<http://www.etni-cidade.net/imperialismo como conhecemos.htm> acessado em: 30/7/08 as 17:01h.

<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=5840> acessado em 30/7/08 às 17:11h.

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm acessado em: 10/08/08 às 21:20.

